

2º Simpósio Brasileiro de Saúde & Ambiente (2ºSIBSA)

19 a 22 de outubro de 2014

Belo Horizonte – MG

Eixo 1 - Desenvolvimento socioeconômico e conflitos territoriais

GRANDE CARAJÁS EM CONFLITO

Rodrigo Braga da Rocha Villa Verde

Bolsista do PCI-DD do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTI

rrocha@cetem.gov.br

Resumo

Este trabalho enquadra-se na linha de pesquisa Recursos Minerais e Comunidades que o Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CETEM/MCTI desenvolve. Seu cunho multidisciplinar garante uma produção científica que tangencia diferentes áreas de conhecimento. Tem se consolidado como importante meio de informação e de conhecimento especializado à disposição do setor público e privado. Permite-se instrumentalizar e ampliar o leque de possibilidades e estratégias à importância crescente de uma boa governança.

O objeto de estudo, a região de Carajás, a sudeste do Pará, é um caso emblemático. Sua complexidade emerge da localização geográfica, a região Amazônica, e da presença de múltiplos atores que se cruzam nas análises dos impactos da atividade de mineração e de seus empreendimentos econômicos associados (estes viabilizam todo um complexo sistema da mineração da maior província mineral de ferro em todo planeta).

A mineração em Carajás, portanto, ao passo que simboliza a vitória da exploração econômica dos recursos minerais amazônicos, também apresenta contradições. A ideia do presente artigo não é traçar meramente um panorama histórico linear dos conflitos do Projeto Grande Carajás. O foco do trabalho, então, sugere apresentar os conflitos como algo comum à realidade da indústria extrativa mineral brasileira, mas que podem e devem ser mitigados em prol do desenvolvimento humano e não exclusivamente de um progresso financeiro extremamente polarizado.

Ao longo da história da mineração no Brasil, é possível aferir que as ações de movimentos sociais, bem como de instituições públicas comprometidas com seu labor, têm encontrado caminhos viáveis a um desenvolvimento social conjugado com o ambiental e econômico. Contudo, ainda há longo caminho a percorrer. A maneira pela qual nossa sociedade trata os conflitos em Carajás pode esboçar novas perspectivas a um novo futuro, a um novo desenvolvimento.

Palavras-chave

Desenvolvimento da Comunidade; Territorialidade; Vulnerabilidade Social; Saúde Ambiental

Origem do artigo / Instituição

Linha de pesquisa “Recursos Minerais e Comunidade: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos” do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTI.

GRANDE CARAJÁS EM CONFLITO

RESUMO

Este trabalho enquadra-se na linha de pesquisa Recursos Minerais e Comunidades que o Centro de Tecnologia Mineral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – CETEM/MCTI desenvolve. Seu cunho multidisciplinar garante uma produção científica que tangencia diferentes áreas de conhecimento. Tem se consolidado como importante meio de informação e de conhecimento especializado à disposição do setor público e privado. Permite-se instrumentalizar e ampliar o leque de possibilidades e estratégias à importância crescente de uma boa governança.

O objeto de estudo, a região de Carajás, a sudeste do Pará, é um caso emblemático. Sua complexidade emerge da localização geográfica, a região Amazônica, e da presença de múltiplos atores que se cruzam nas análises dos impactos da atividade de mineração e de seus empreendimentos econômicos associados (estes viabilizam todo um complexo sistema da mineração da maior província mineral de ferro em todo planeta).

A mineração em Carajás, portanto, ao passo que simboliza a vitória da exploração econômica dos recursos minerais amazônicos, também apresenta contradições. A ideia do presente artigo não é traçar meramente um panorama histórico linear dos conflitos do Projeto Grande Carajás. O foco do trabalho, então, sugere apresentar os conflitos como algo comum à realidade da indústria extrativa mineral brasileira, mas que podem e devem ser mitigados em prol do desenvolvimento humano e não exclusivamente de um progresso financeiro extremamente polarizado.

Ao longo da história da mineração no Brasil, é possível aferir que as ações de movimentos sociais, bem como de instituições públicas comprometidas com seu labor, têm encontrado caminhos viáveis a um desenvolvimento social conjugado com o ambiental e econômico. Contudo, ainda há longo caminho a percorrer. A maneira pela qual nossa sociedade trata os conflitos em Carajás pode esboçar novas perspectivas a um novo futuro, a um novo desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é abordar a situação atual dos efeitos que o Projeto Grande Carajás - PGC causou em sua área de abrangência, notadamente; seus subsequentes impactos, enfatizando os principais atores sociais envolvidos. Os atores, que desde o fim da década de 1960 passaram a interagir fundamentalmente no espaço amazônico de Carajás foram: o Estado brasileiro, a mineradora Vale (ex-estatal Companhia Vale do Rio Doce), os povos indígenas nativos da região de Carajás e, finalmente, os milhares de migrantes não indígenas que rumaram até Parauapebas em busca de emprego e de uma qualidade de vida melhor (VERDE; FERNANDES; HOEFLE, 2009).

O PGC englobou alguns programas na região que atualmente configura o arco do desmatamento na Amazônia Legal, como o Projeto Ferro Carajás – PFC (contendo a Estrada de Ferro Carajás - EFC) e a hidrelétrica de Tucuruí. A consolidação do PFC teve como principal exigência a construção de um sistema integrado mina-ferrovia-porto no sudeste paraense (VERDE; FERNANDES; HOEFLE, 2009).

A EFC teve, em 1974, seus estudos de viabilidade concluídos. Em fevereiro de 1985, foi finalizada e inaugurada a obra de engenharia que tirou do papel a estrada de ferro. Com a inauguração, foi iniciado o transporte de minérios de ferro e de manganês destinados ao mercado internacional. Foi somente no biênio 1986-7 que o transporte comercial de pessoas e de grãos passou a ser realizado por meio da EFC, bem como o transporte de derivados do petróleo. A EFC foi disposta estrategicamente permitindo, nas redondezas da capital maranhense São Luís, uma ligação com a Companhia Ferroviária do Nordeste, além de estar também interligada à Ferrovia Norte-Sul (VERDE; FERNANDES; HOEFLE, 2009).

OBJETIVOS

O trabalho tem por objetivo geral apontar os conflitos na região de Grande Carajás, no sudeste paraense, e os encaminhamentos dados às ações de diferentes esferas tais como setor privado, governo e/ou movimentos sociais.

Em específico, é possível enunciar o objetivo de avaliar os impactos mais recentes da implantação do PGC e seus empreendimentos associados, bem como as suspeitas de violação de direitos dos cidadãos. Finalmente, compõe como objetivo específico enunciar quais atores sociais encontram-se presentes na região de Carajás e enredam os impactos relacionados, direta e/ou indiretamente, à atividade mineradora na região.

MÉTODO

A produção deste artigo teve a premissa de levantar bibliograficamente os trabalhos mais notáveis nestes últimos anos, feitos pela equipe de pesquisadores do CETEM, que versam sobre a atividade de mineral em Carajás. É uma oportunidade não apenas para dar publicidade à linha de pesquisa Recursos Minerais e Comunidades, mas de avaliar o que foi produzido até o presente momento.

É notório que ao longo dos anos foi ganhando mais corpo e profundidade a busca por boa governança, palavra esta que hoje é chave para a abordagem dos conflitos que vêm sendo estudados pelo Centro e, portanto, indo na contra-mão do puro alarmismo de denúncias. As fontes de investigações foram apuradas e confrontadas, em busca de interpretações que as Ciências Humanas podem ofertar academicamente com devido gabarito e propriedade.

RESULTADOS

A descoberta dos recursos minerais de Carajás culminou com a realização do PGC, resultando na construção de grandes obras de infraestrutura. Atualmente, a instalação de

siderúrgicas produtoras de ferro gusa tem motivado a expansão de indústrias mineradoras instaladas na região (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014d).

É importante registrar que o estado do Pará merece atenção especial quanto à abordagem da mineração no país. As atividades municipais estão concentradas a sudeste do território paraense. Parauapebas e Canaã dos Carajás são as principais cidades produtoras. Marabá é listada dentre as cidades que se sobressaem por conta dos distritos industriais do beneficiamento mineral. (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

Em Canaã dos Carajás é realizada a exploração do minério de cobre pela empresa Vale. Em suma, o empreendimento acentuou o crescimento populacional no município, tendo galgado melhorias, embora tenham também ocorrido alguns conflitos por conta da atividade mineradora. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal registrou que, em 7 anos, Canaã dos Carajás deixou o 82º lugar e avançou para a 7ª posição do ranking estadual composto pelos 144 municípios paraenses (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014b).

Ainda que a pujança da extração mineral e da indústria de beneficiamento seja notória nos indicadores econômicos, é preciso considerar que, em alguns aspectos, os números evoluem com uma aceleração menor. Por exemplo, o censo demográfico de 2010 registrou para Parauapebas que os 20% mais ricos da população concentram cerca de 60% da renda em detrimento dos 20% mais pobres, os quais detêm apenas 3,5% da renda municipal. O poder público em Parauapebas ainda se debruça sobre algumas barreiras a seu desenvolvimento socioeconômico. Do total de habitantes, 36% não possuem acesso à água potável e 54% não têm esgotamento sanitário adequado. Ao todo, 15% dos parauapebenses vivem ou na linha da pobreza ou abaixo da linha da indigência, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

Da Estrada de Ferro Carajás e do Polo Siderúrgico

O Polo Siderúrgico estende-se ao longo da Estrada de Ferro Carajás - EFC. A concretização dos empreendimentos data da década de 1980 e são produtos de políticas de incentivos fiscais por parte do governo brasileiro vigente na época. Os projetos da época previam que ao longo do corredor formado pela estrada de ferro seria implantado um complexo industrial do setor metalúrgico (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014f).

De acordo com Olivieri & Araujo (2014f), foi verificado que a produção no Polo Siderúrgico de Carajás esteve associada, dada medida, à utilização de trabalho análogo ao escravo por conta de carvoarias localizadas na floresta amazônica. Foi identificada também a prática de desmatamento ilegal como fonte de madeira destinada à produção de carvão vegetal (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014f).

Na Amazônia Oriental, as carvoarias são controladas pelas siderúrgicas do Polo. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará apontaram que, no período 2005-2008, a indústria siderúrgica do Pará foi o principal destino do carvão produzido com madeira de origem ilegal da floresta amazônica. É estimado que até 5 milhões de m³ de floresta nativa seja destinada à produção de carvão vegetal no Pará anualmente (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014f).

Na capital do Maranhão, São Luís, a criação do Polo Siderúrgico gerou controvérsia. Pessoas contrárias ao empreendimento alegaram a remoção de populações rurais, marisqueiros, pescadores artesanais e quilombolas. Quanto aos impactos ambientais, o Polo de São Luís consumiria entre 8 e 13 milhões de toneladas de combustível fóssil. Seriam necessários mais de 2.400 litros de água por segundo para abastecer a indústria numa localidade em que já havia problemas de abastecimento (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014g).

A pressão contrária à concretização do Polo Siderúrgico de São Luís, por parte de movimentos sociais, acarretou mudança no projeto original, tendo sido excluídas as áreas de preservação ambiental permanente e reduzido o local do empreendimento para 1.068 hectares. Finalmente, o distrito industrial ficaria então restrito a uma única usina siderúrgica em vez das três inicialmente previstas (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014g).

Dos impactos socioambientais e casos mais emblemáticos

No Pará, os índios Xikrin ocupam duas Terras Indígenas - TI homologadas e devidamente registradas: TI Catete e TI Trincheira Bacajá e, ambas, situam-se no município de Parauapebas, próximo à área urbana de Carajás. Não à toa, emergem constantes conflitos, em especial, com a mineradora Vale que, desde a implantação do PGC, atua numa região que originalmente era habitada por indígenas (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014e).

Ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, índios da etnia Kayapó começaram a anuir com a presença de exploradores de mogno e de garimpeiros em troca de pagamento em dinheiro. O fato de alguns indígenas alinharem-se com garimpeiros e madeireiros produziu um quadro de conflitos inseridos na comunidade indígena. Ficou em evidência, portanto, o debate acerca da questão indígena associada ao progressivo distanciamento de suas tradições e, em alguns casos, da dependência por parte dos índios de serviços tipicamente urbanos e da agricultura não indígena (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014e).

Atualmente, é notada a urgência de novas estratégias que venham a assegurar a relativa autonomia indígena capaz de salvaguardar suas manifestações tradições e diversas. Entra em debate, portanto, a concessão de recursos financeiros em contrapartida a grandes empreendimentos de mineração ou associados a ela, tais como hidroelétricas e abertura de novas estradas (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014e).

A construção da estrada do Salobo, em Parauapebas, tem impactado os castanhais de onde os índios Xikrins fazem coleta. A estrada também cruza assentamentos rurais e, segundo moradores, jamais fora realizada audiência pública para debater os impactos a serem causados e nem as medidas mitigadoras. Em outubro de 2010, os moradores dos assentamentos reivindicaram reparo aos danos causados ocupando a estrada e interrompendo o tráfego de automóveis. Posteriormente, a manifestação deu lugar a um debate em prol da resolução do impasse (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014a).

No município de Canaã dos Carajás, a exploração do minério de cobre poluiu solos da região. As autoras Olivieri & Araujo (2014b) citam a ocorrência de relatos de moradores que levantam a hipótese de poluição de rios ao observarem a diferença na coloração da água, da lama dos igarapés e da redução do número de peixes.

No âmbito social, os intensos fluxos migratórios podem ser verificados como uma das principais causas do inchaço urbano e aumento exponencial da demanda por diversos serviços. Em Canaã dos Carajás, apenas por conta da implantação do Projeto Sossego, foi registrada a chegada de milhares de imigrantes que convergiram ao município à procura de melhores oportunidades de trabalho e de qualidade de vida. No censo demográfico de 2010, o município abrigava 26.727 habitantes. Em uma década, a taxa de urbanização saltou de 36% para 78% no ano de 2010 (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014b).

Quanto à questão trabalhista, em 2010, a Justiça do Trabalho determinou à Vale o pagamento de uma indenização por tentar reduzir custos de produção através da eliminação de direitos trabalhistas dos empregados terceirizados nas minas de Carajás, conhecido como *dumping* social. O valor da multa foi de R\$ 200 milhões, além do pagamento de R\$ 100 milhões por danos morais coletivos (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014c).

Na que tange a saúde pública, Carajás tem registrado em algumas áreas mineradoras o crescimento do número de portadores de doenças sexualmente transmissíveis. Em paralelo a este problema está não apenas o aumento da prostituição, mas, calamitosamente, a prática de prostituição por menores de idade (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014b).

Tendo em vista o combate à prostituição infantil, cerca de mil trabalhadores do projeto cuprífero de Salobo, no município de Marabá, participaram de uma campanha para divulgar e combater o problema. A campanha foi uma iniciativa da Vale, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Associação Brasileira Terra dos Homens (OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R., 2014a).

CONCLUSÃO

É possível concluir que a atividade mineral é sim capaz de reverter benefícios para a população de seu município. Mas, para isso, depende de uma governança comprometida com a diversificação da economia e de uma infraestrutura que provenha serviços capazes de repercutirem, positivamente, não apenas na aceleração do desenvolvimento humano, mas também na minimização dos impactos socioambientais negativos da atividade extrativa mineral (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

As populações impactadas incluem desde residentes nos centros urbanos, nas sedes dos municípios mineradores, até quilombolas, pescadores, ribeirinhos e povos indígenas. Essas populações sofrem, principalmente, com os problemas provenientes do modo com os quais os empreendimentos do setor mineral são implantados, ainda aquém do papel inclusivo que poderiam melhor assumir. Dessa realidade tem emergido o crescimento desordenado, o inchaço populacional, a infraestrutura inadequada, empobrecimento, dentre outros fatores negativos (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

Na Grande Carajás concentra-se não apenas empreendimentos agrícolas ou Terras Indígenas, mas também antigos e novos projetos minerometalúrgicos. Foi verificado no estudo que a poluição das águas e a deposição inadequada de resíduos, dentre alguns outros impactos, têm trazido prejuízos ao ecossistema local também por conta da exploração mineral. Trata-se de uma região inserida no bioma amazônico, que é muito sensível e rico (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

O Ministério Público - MP tem sido acionado no intuito de condicionar as mineradoras às boas práticas de gestão e de sustentabilidade. O Termo de Ajuste de Conduta – TAC é um documento utilizado especialmente pelos MPs, estaduais e federal, para ajustar práticas que estão em desacordo com a lei (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

É necessário salientar que a mineração no Norte do Brasil apresenta desafios importantes para um setor que vive uma efervescência de investimentos nos últimos anos. A governança do desenvolvimento regional age no sentido de impulsionar para que a exploração dos recursos minerais caminhe paralelamente às demandas de suas comunidades locais (VERDE; ALAMINO; FERNANDES, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, F. R. C.; SILVA, G. R.; LIMA, M. H. M. R.; TEIXEIRA, N. S.; VERDE, R. B. R. V. A Ecorregião Aquática Xingu-Tapajós na Amazônia: abordagem demográfica, econômica e social. In: CASTILHOS, Z. C.; BUCKUP, P. A. (Editores) Ecorregião Aquática Xingu-Tapajós. Rio de Janeiro: CETEM, MCT, 2011. p. 59-102.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Projeto de mineração de cobre em Marabá (PA) causa danos socioambientais. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores)

Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014a. p. 64-67.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Impactos socioeconômicos da exploração de minério de cobre em Canaã dos Carajás (PA). In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014b. p. 68-71.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Exploração de minas de ferro em Carajás causa crescimento desordenado em Parauapebas (PA). In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014c. p. 72-74.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Rejeitos da exploração de manganês em Marabá (PA) alcançam rios. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014d. p. 77-79.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Índios Kaiapó lutam para preservar suas terras do garimpo ilegal de ouro. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014e. p. 86-88.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Cadeia produtiva do ferro-gusa no Pará (PA) possui irregularidades. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014f. p. 93-96.

OLIVIERI, R; ARAUJO, E. R. Criação de polo siderúrgico em São Luís (MA) pode gerar danos socioambientais In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014g. p.167-168.

VERDE, R. B. R. V.; ALAMINO, R. C. J.; FERNANDES, F. R. C. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento econômico. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. R. (Editores) Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. p. 13-21.

VERDE, R. B. R. V.; FERNANDES, F. R. C.; HOEFLE, S. W. Parauapebas (PA): A mão de ferro do Brasil na implantação do Projeto Grande Carajás. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideu. 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina 3 al 7 de Abril de 2009 - Montevideo, Uruguay, 2009. v. 1. p. 1-15.